

- ANDRÉ MÊDICI, representante do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);

- ADOLFHO CHORNY, professor da Escola Humberto Gomes Melo;

- PEDRO LUIZ BARROS ILVA, assessor do Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS).

Debatedores:

- LUIZ ROBERTO DE OLIVEIRA, médico, militante do Partido Comunista do Brasil (PC do B) e representante da CGT;

- NELSON GUIMARÃES PROENÇA, representante da Associação Médica Brasileira (AMB) e militante do PCB; e

- VÍTOR GOMES PINTO, representante do Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA).

a. Na parte da manhã, SÉRGIO AROUCA, rebateu críticas de adeptos da medicina alternativa que, embora reconhecendo a ampliação democrática do encontro, lamentaram seu direcionamento exclusivo para a questão da política nacional de saúde, em detrimento do questionamento da própria medicina.

PEDRO LUIZ BARROS E SILVA e o economista do IBGE, ANDRÉ MÊDICI, defenderam a criação de um orçamento social, englobando todos os recursos destinados ao setor, a eliminação das deduções no Imposto de Renda para as pessoas jurídicas e a fixação de tetos para as pessoas físicas, com a consequente transferência destes recursos para o orçamento social. Denunciaram que atualmente 30% dos recursos para a saúde não chegam aos verdadeiros interessados, que é a população, faltando uma decisão política forte para reverter a situação.

Sobre o financiamento do setor saúde, defenderam a implantação de um sistema misto de contribuição para a Previdência Social, que incida mais sobre o lucro bruto das empresas de maior tecnologia e menor absorção de mão-de-obra, desonerando em contra-partida a folha de salários. Para eles, esta é a melhor forma de dar sustentação às finanças da Previdência e maior estabilidade à sua receita, hoje totalmente dependente da folha de salários e do comportamento da economia.

b. Na parte da tarde, seguiram-se os trabalhos de discussão, por grupos, do tema proposto.

c. À noite, às 20 horas, foi feita uma "mesa redonda" presidida pelo Deputado Federal ULISSES SILVEIRA GUIMARÃES para discutir o tema Constituinte e Saúde. Participaram dos debates: CARLOS CORRÊA DE MENEZES SANT'ANNA; CRISTOVAM BUARQUE, Reitor da Universidade de Brasília (UnB); HERMAN DE ASSIS BAETA, Presidente do Conselho Federal da OAB; WALDIR PIRES, médico, ex-Ministro da Previdência e Assistência Social; e DON LUCIANO MENDES DE ALMEIDA, Secretário-Geral da CNBB.

CRISTOVAM BUARQUE disse que a palavra saúde nem precisa constar da nova Constituição. Ela estará implícita na garantia dos direitos fundamentais da pessoa, como o direito à propriedade da terra, ao trabalho com salários dignos, à liberdade sindical. "É por aí que se chega à saúde do povo". Para ele, saúde não é coisa de médico, mas um problema de organização social. Está mais associada às necessidades de comida, casa, roupa, lazer e educação do que a remédios. Mas é um problema grave quando o médico não está onde a população precisa dele, "como a terra deve estar nas mãos do homem que nela trabalha".

A Constituinte deve tratar da modernização social para levar saúde ao homem, como também educação e tantos outros direitos que faltam para sua dignidade.

DON LUCIANO alertou que a Pastoral da Saúde, que trata ativamente da ação preventiva junto à população, e a Conferência dos Religiosos do Brasil, que tem mais de 20 mil voluntários nos hospitais e postos médicos, estão elaborando propostas específicas para o tema "Saúde na Constituinte".

9. No dia 21 Mar, último dia da 8a. CNS, entre as 8:00 e 12:00 hs, os participantes fizeram relatos de experiências desenvolvidas na área de saúde pública. Na ocasião, presidiu os trabalhos ARLINDO FÁBIO GOMES DE SOUZA, assessorado por FRANCISCO EDUARDO DE CAMPOS, médico, MR-8, e ROBERTO LUIZ BRANT CAMPOS.

a. No decorrer dos trabalhos, foram distribuídos folhetos alusivos ao II Seminário Internacional de Aten

dimento Ambulatorial, a realizar-se em HAVANA/CUBA, entre os dias 12 e 14 Jun 86, (Z7 5), e panfletos do PC do B, onde o partido saúda os participantes da 8a. CNS e afirma que "A satisfação plena das necessidades básicas e os direitos do povo exigem uma sociedade nova. O PC do B (...) aponta o futuro socialista, propugna a união de amplas forças, reúne poderoso movimento de cunho popular, congregando a maioria da nação, para impulsionar a luta por transformações profundas, imprescindíveis à superação dos problemas fundamentais, que afligem o país e nosso povo".

b. Entre 14 e 19 horas, em sessão plenária, foram discutidos e apresentadas as propostas sobre os três temas da 8a. CNS. A mesa que coordenou os trabalhos finais esteve assim constituída:

- Presidente: ANTÔNIO SÉRGIO DA SILVA A  
ROUCA; ✓

- Relatores: GUILHERME RODRIGUES DA SILVA ✓  
e SOLON MAGALHÃES SILVEIRA; ✓

- Assessores: ERIC JENNER ROSAS; ✓ ANY CARVALHO DE MIRANDA, ARLINDO FÁBIO GOMES DE SOUZA; ✓ PAULO MANGHICRI BUSS;

1) Na sessão plenária, quando da leitura do relatório consolidado nos trabalhos de grupo (Z7 7), alguns grupos organizados como a CUT e CGT estavam bastante agitados e participativos, contrastando com a grande maioria dos participantes que demonstravam cansaço e certa passividade quanto à aprovação das propostas.

Esteve presente na sessão plenária, JULIETA CAMPUSANO, ex-Senadora do CHILE pelo Partido Comunista Chileno (PCC), país do qual se encontra exilada. A ex-Senadora foi recebida pela platéia com gritos de "Abaixo Pinochet" e "Fora daqui o FMI". Na oportunidade, solicitou ao povo brasileiro ajuda para derrubar o atual regime político em vigor no CHILE. A ex-parlamentar propôs o não pagamento da dívida externa dos países da AMÉRICA LATINA, e acusou os ESTADOS UNIDOS de dificultar a pacificação da AMÉRICA CENTRAL, entregando armas aos chamados contra-revolucionários da NICARÁGUA.

2) Os representantes do PCB que participa

ram da 8a. CNS fizeram, um dia antes do início do evento (16 Mar 86), aproveitando o fato de várias delegações já estarem em BRASÍLIA, uma reunião preparatória no Auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados, para definir as teses a serem defendidas pelos comunistas durante a 8a. CNS. Compareceram ao auditório cerca de 100 pessoas e definiram como prioridade as seguintes proposições:

- verbas equivalentes a 13% do orçamento da União para pronta aplicação no novo modelo sanitário no País;

- universalização do sistema de saúde com o fim das discriminações que atingem principalmente a população não amparada pelo sistema previdenciário;

- maior participação do Estado no sistema de saúde nacional;

- que a iniciativa privada passe a ser taxada com maior intensidade em seus lucros;

- que todas as decisões tomadas na 8a. CNS sejam encaminhadas como propostas definitivas para a Constituinte, a ser instalada em 1987.

Durante a Conferência, os comunistas voltaram a se reunir no Auditório Nereu Ramos, à noite. O convite dizia que o evento era para os "comunistas e amigos do PCB". E, serviu para fazer uma avaliação da Conferência, animar os simpatizantes oriundos de diversas regiões brasileiras e filiar novos militantes.

Na parte externa do Ginásio de Esportes Presidente Médici, onde se realizou a Conferência, o PCB instalou uma banca destinada a venda de publicações do partido. Uma destas publicações (Z7 8) foi distribuída entre os participantes da 8a. CNS e divulga as teses do PCB para o evento.

O PCB, como partido legal, levou à Conferência dois delegados, representação estipulada para partidos políticos. Um deles, foi MÁRCIO JOSÉ DE ALMEIDA, membro suplente do Comitê Central do PCB (CC/PCB), Deputado Estadual e presidente da Comissão de Saúde da Assembléia Legislativa do PARANÁ. O outro representante do PCB, foi JORGE LUIZ DO AMARAL, o "BIGU", conselheiro do Conselho Regional de Medicina no RIO DE JANEIRO

(CRM/RJ) e tesoureiro do Sindicato dos Médicos do RIO DE JANEIRO. Entretanto, vários outros delegados comunistas se fizeram presentes ao evento através das delegações da CGT, sindicatos, associações de moradores e da própria Confederação Nacional de Moradores (CONAM).

10. As propostas aprovadas na 8a. CNS (Z7 7) foram condensados em um relatório que segundo os coordenadores do evento será apresentado na Assembléia Nacional Constituinte como documento oficial e definitivo.

A principal proposta eleita, com aplausos na Assembléia final, foi a estatização gradativa de todos os serviços de saúde. A maioria dos mil delegados presentes defenderam a estatização num sistema coordenado por um único ministério, mas com execução descentralizada a nível estadual e, principalmente, municipal. Foi aprovada a estatização da indústria farmacêutica, dos bancos de sangue, insumos, imunobiológicos e equipamentos de saúde. Os delegados, também, aprovaram a publicidade de medicamentos, alimentos e produtos nocivos a saúde.

No entender da maioria dos delegados, a estatização deve ser progressiva do sistema de saúde, através de uma retração continuada dos recursos repassados à rede privada e a expansão em paralelo da rede pública. Essa proposta visa fazer com que o cuidado com a saúde seja *"uma ação eminentemente não lucrativa e um dever do Estado"*.

Os delegados aprovaram a criação de um sistema único de saúde, através de uma grande reforma sanitária, e a universalização da cobertura à população a partir das áreas mais carentes, além da descentralização dos serviços a nível municipal e estadual. Foi aprovado, também, a integração das ações de saúde para acabar com a dicotomia entre medicina preventiva e curativa, hoje executadas distintamente pelos ministérios da Saúde e Previdência Social. A sociedade participará da formulação dessa nova política de saúde, através do planejamento, gestão, execução e avaliação das ações integradas de saúde por meio de órgãos colegiados, que representem diversas categorias profissionais.

Foi alertado, no relatório da 8a. CNS, que a maior participação do setor público na qualidade de prestador de serviços só se configura viável e socialmente desejável caso

haja aprimoramento de seus procedimentos gerenciais para que possa operar com maior eficiência e conquistar a confiança da população. Foi também aprovado o direito à greve, a sindicalização dos profissionais de saúde, a equiparação salarial e a estabilidade no emprego mediante admissão através de concurso público, com capacitação e constante reciclagem.

Os serviços privados serão constantemente controlados e devem possibilitar até a desapropriação sempre que caracterizada a insistência em fraudes ou em conduta dolosa. Trata-se de *"aplicar no campo da saúde os mesmos instrumentos de proteção da sociedade, similares aos já adotados nas relações do governo com outros setores"*.

O tema *"Saúde como Direito"* foi aprovado como *"um direito de todos e um dever do Estado. Para isso, é necessário que se intensifique o movimento de mobilização popular a fim de garantir que a Constituinte inclua a questão da saúde entre os problemas prioritários do País"*.

Foi aprovada ainda a criação de um orçamento social que englobe os recursos destinados às políticas públicas dos diversos ministérios, recursos do sistema previdenciário e dos diferentes fundos sociais. O orçamento seria repartido por setor, de forma proporcional às suas necessidades, cabendo ao de saúde uma parcela que constituísse o fundo único de saúde em nível federal. Para tanto, foi pedida a eliminação das deduções do imposto de renda das pessoas jurídicas relativas ao gasto com assistência à saúde e à alimentação, além da revisão dos critérios destas deduções das pessoas físicas.

*"Direito a saúde significa a garantia, pelo Estado, de condições de vida e de acesso universal e igualitário aos serviços de promoção, proteção e recuperação da saúde, em todos os níveis, a todos os brasileiros"*.

Foi aprovado como obrigação do Estado: adotar políticas sociais e econômicas que propiciem melhores condições de vida sobretudo para os segmentos mais carentes da população mediante a descentralização dos serviços de saúde, definição, financiamento e administração de um sistema de saúde de acesso universal e equânime e normatização e controle das ações de saúde desenvolvidos por quaisquer agentes públicos e privados, de forma a garantir padrões qualitativos adequados.

11. No desenrolar da 8a. CNS, constatou-se a predominância das participações ligadas ao PCB, CGT e CUT. Nesse sentido, deve-se destacar que as propostas apresentadas por eles (PCB, CGT, CUT) e pelo Coordenador do evento, SÉRGIO AROUCA (militante do PCB), comparadas com as que foram escolhidas em assemblêia geral pelos delegados (Quadro Comparativo - Z7: 9) demonstra a forte influência de matrizes políticas e ideológicas no processo de elaboração e discussão dos três temas. O PCB, CGT e CUT praticamente conseguiram aprovar todas as propostas por eles elaboradas.

Os critérios de representatividade e preenchimento de vagas que estabeleceu 2% de delegados para hospitais e medicina de grupo provocou uma reação que culminou com a ausência dos representantes do setor interessado. Os 2% de representatividade ao setor privado alijou-os do evento, uma vez que não possibilitava a aprovação de propostas de interesse da livre empresa.

O não comparecimento e a divulgação de que, ainda este ano, ocorrerá o 1º Congresso de entidades não governamentais da área de saúde demonstra o interesse destas agremiações em definir as propostas de interesse específico do setor para a Assemblêia Nacional Constituinte, em outro foro de debates.

A tônica dos discursos dos palestrantes, autoridades governamentais ou da área de saúde, que se manifestaram foi a "Unificação do Sistema de Saúde". Esta preocupação decorre da distribuição orçamentária que destina uma quantia maior para a medicina curativa, praticada pelo INAMPS e a outra, menor, para a preventiva, a cargo do Ministério da Saúde. A unificação canalizaria a verba orçamentária para um único ôrgão, centrado no Governo, com autonomia para a redistribuição de verbas conforme as necessidades por ele avaliadas.

A idéia da "Unificação" reforçada pela "A saúde é um direito do cidadão e dever do Estado" amplamente difundidas por apresentadores e debatedores, no período matutino, favoreceu a que elementos comprometidos política e/ou ideolôgicamente, infiltrados em entidades sindicais ou associações de bairro, e com experiência em liderança, exercessem influência sobre os participantes de modo a aprovarem como proposta de foror

ça desta 8a. CNS: a estatização progressiva do sistema de saúde.

\* \* \*

Z3: BIC.

- Z7: 1 - PROGRAMA DA 8a. CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE;  
 2 - MANIFESTO DA CENTRAL ÚNICA DE TRABALHADORES - CUT;  
 3 - DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, JOSÉ SARNEY;  
 4 - MANIFESTO DA CENTRAL GERAL DOS TRABALHADORES - CGT;  
 5 - FOLHETO SOBRE O II SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ATENDIMEN  
 TO AMBULATORIAL, EM HAVANA/CUBA;  
 6 - PANFLETO DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL - PC DO B;  
 7 - RELATÓRIO CONSOLIDADO DOS TRABALHOS DE GRUPO;  
 8 - FOLHETO "SOCIALISMO É SAÚDE" DO PCB;  
 9 - QUADRO COMPARATIVO;  
 10 - RELAÇÃO DE PARTICIPANTES DA 8a. CNS (Além dos já citados  
 no texto do documento).

CORREÇÃO DA DV - 12:

NA FL	ONDE SE LÊ:	LEIA-SE:
1/19	EM OUT 86, O PRESIDENTE DA REPÚBLICA...	EM OUT 85, O PRESIDENTE DA REPÚBLICA...
5/19	JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA, COORDENADOR DO DISTRITO FEDERAL....	JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA, GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL...
9/19	OBRASCO	<u>ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA-ABRASCO</u>
13/19	ADOLFHO CHORNY	<u>ADOLPHO CHORNY</u>
19/19	Z7:6 - PANFLETO DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL - PC DO B	Z7:6 - BOLETIM INFORMATIVO Nº 1 DA 8ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE

8ª Conferência  
Nacional de  
Saúde

17 a 21 de março de 1986  
Brasília, DF.

8ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE

PROGRAMA

Brasília, D.F., 17 a 21 de março de 1986

Ginásio de Esportes

# 8ª Conferência Nacional de Saúde

17 a 21 de março de 1986  
Brasília, DF.

DIA 16 DE MARÇO (DOMINGO)

08:00 - 18:00 horas

INSCRIÇÕES

ENTREGA DE MATERIAL

Local: Ginásio de Esportes

DIA 17 DE MARÇO (SEGUNDA-FEIRA)

08:00 - 18:00 horas

INSCRIÇÕES

ENTREGA DE MATERIAL

Local: Ginásio de Esportes

10:45 - 12:00 horas

ABERTURA

Discurso do Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social, Doutor Raphael de Almeida Magalhães. ✓

Discurso do Diretor da Organização Pan-americana de Saúde, Doutor Carlyle Guerra de Macedo. ✓

Discurso do representante de Sua Excelência o Senhor Presidente da República, Professor Roberto Figueira Santos, Ministro de Estado da Saúde.

Local: Ginásio de Esportes

14:00 - 16:45 horas

CONFERÊNCIA: DEMOCRACIA É SAÚDE

Mesa Diretora:

Presidente: Deputado Carlos Eduardo Venturelli Mosconi

Conferencista: Professor Antonio Sergio da Silva Arouca ✓

Local: Ginásio de Esportes

17:00 - 18:00 horas

HOMENAGENS

Local: Ginásio de Esportes

18:00 - 20:00 horas

APRESENTAÇÃO DAS SÍNTESES DAS PRÉ-CONFERÊNCIAS ESTADUAIS

Mesa Diretora:

Presidente: Eric Jenner Rosas ✓

Assessores:

Mario Grassi ✓

David Capistrano Filho ✓

DIA 18 DE MARÇO (TERÇA-FEIRA)

08:00 - 12:00 horas

EXPOSIÇÃO SEGUIDA DE DEBATES: "SAÚDE COMO DIREITO INERENTE À CIDADANIA E À PERSONALIDADE"

# 8ª Conferência Nacional de Saúde

27: 1

04/10

17 a 21 de março de 1986  
Brasília, DF.

- Presidente: Ronei Edmar Ribeiro ✓  
Presidente do Conselho Nacional dos Secretários  
de Saúde.
- Apresentadores: Jairnilson Silva Paim ✓  
Professor Adjunto do Departamento de Medicina  
Preventiva da Faculdade de Medicina da UFBA  
José Geraldo de Souza Junior ✓  
Assessor Jurídico da Fundação Universidade de  
Brasília  
Hélio Pereira Dias  
Assessor Jurídico do Ministério da Saúde  
Sônia Maria Fleury ✓  
Professora da Escola Brasileira de Administra  
ção Pública Getúlio Vargas
- Debatedores: Padre Pedrinho Guarechi ✓  
Representante - CNBB  
Néio Lúcio Fraga Pereira ✓  
Representante-CONAN  
Carmem Barroso ✓  
Representante - Conselho Nacional dos Direitos  
da Mulher  
Arlindo Chinaglia Júnior ✓  
Representante - CUT  
Bernardo Bedrikow ✓  
Representante - FIESP  
José Luiz Barbosa Ramalho Clerot ✓  
Representante - OAB

# 8ª Conferência Nacional de Saúde

27: 1

05/10

25

17 a 21 de março de 1986  
Brasília, DF.

14:00 - 19:00 horas

GRUPOS DE TRABALHO: DELEGADOS E PARTICIPANTES

Local: Ginásio de Esportes

20:30 horas

MOSTRA DE FILMES E VÍDEOS COM DEBATES

Local: Auditório do Palácio Itamaraty

DIA 19 DE MARÇO (QUARTA-FEIRA)

08:00 - 12:00 horas

EXPOSIÇÃO SEGUIDA DE DEBATES. "REFORMULAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE SAÚDE"

Presidente: Deputado Carlos de Menezes Sant'Anna ✓

Apresentadores: Adib Jatene ✓

Membro da Comissão do Ensino Médico do Ministério da Educação

João Yunes ✓

Secretário de Saúde do Estado de São Paulo

José Alberto Hermógenes ✓

Secretário Geral do Ministério da Saúde

Hésio de Albuquerque Cordeiro ✓

Presidente do INAMPS

# 8ª Conferência Nacional de Saúde

17 a 21 de março de 1986  
Brasília, DF.

- Debatedores: Antonio Ivo de Carvalho ✓  
 Representante - FAMERJ  
Francisco Xavier Beduschi  
 Representante - FNM  
 José Francisco da Silva ✓  
 Representante - CONTAG  
 José Luiz Riani ✓  
 Representante - Ministério do Trabalho  
 Sebastião Loureiro ✓  
 Representante - ABRASCO/CEBES  
 Ubaldo Dantas ✓  
 Representante - Prefeito de Itabuna

14:00 - 19:00 horas

GRUPOS DE TRABALHO: DELEGADOS  
Local: Ginásio de Esportes

20:30 horas  
MOSTRA DE FILMES E VÍDEOS COM DEBATES  
Local: Auditório do Palácio Itamaraty

DIA 20 DE MARÇO (QUINTA-FEIRA)  
08:00 - 12:00 horas  
EXPOSIÇÃO SEGUIDA DE DEBATES: "FINANCIAMENTO DO SETOR"

Presidente: Senador Severo Gomes ✓

# 8ª Conferência Nacional de Saúde

17 a 21 de março de 1986  
Brasília, DF.

Apresentadores: André Médici ✓

Assessor Técnico do Instituto Brasileiro de Geo-  
grafia e Estatística - IBGE

Adolpho Chorny

Professor da Escola Nacional de Saúde Pública

Humberto Gomes de Melo

Membro do Conselho Nacional dos Secretários  
de Saúde

Pedro Luiz Barros Silva ✓

Assessor do MPAS

Debatedores: Geraldo Justo

Representante - Confederação das Misericórdias  
do Brasil

Luis Cordoni Junior

Representante - Secretário de Saúde do Estado  
do Paraná

Luis Roberto de Oliveira ✓

Representante - CONCLAT

Nelson Guimaraes Proença ✓

Representante - Associação Médica Brasileira

Vitor Gomes Pinto ✓

Representante - IPEA

14:00 - 18:00 horas

GRUPOS DE TRABALHO: DELEGADOS E PARTICIPANTES

Local: Ginásio de Esportes